



**PARECER Nº 10, DE 2026, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO,
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 489, DE 2019**

De autoria da deputada Delegada Graciela, o projeto em epígrafe objetiva estabelecer o Perímetro de Proteção Escolar no entorno das unidades da rede estadual de ensino.

Em pauta, o projeto recebeu uma emenda - a Emenda nº 1.

Em tramitação, o projeto recebeu o Parecer nº 1087/2021, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR, favorável com emenda e contrário à Emenda nº 1, e o Parecer nº 1491/2023, da Comissão de Educação e Cultura - CEC, favorável ao projeto com a emenda da CCJR, na forma do substitutivo que apresentou, e contrário à Emenda nº 1.

Por fim, a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento - CFOP, exarou parecer favorável ao projeto na forma do substitutivo que apresentou, e contrário ao substitutivo da CEC, à emenda da CCJR e à Emenda nº 1.

Aprovado em Plenário o substitutivo apresentado pela CFOP, prejudicados a propositura como originalmente apresentada e o substitutivo proposto pela CEC, rejeitas a emenda da CCJR e a Emenda nº 1, o projeto deverá receber a seguinte redação final:

*Dispõe sobre o estabelecimento de
Perímetro de Proteção Escolar no entorno
das unidades da rede estadual de ensino, e
dá outras providências.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica estabelecido o Perímetro de Proteção Escolar, no entorno das unidades da rede estadual de ensino, com o fim de prevenir e proteger prioritariamente alunos, professores e servidores, contra atos potencialmente lesivos ou ações delituosas.

Artigo 2º - O Perímetro de Proteção Escolar de que trata esta lei fica fixado em 100 (cem) metros, contados a partir dos limites físicos das respectivas unidades, em todas as direções, e tem por objetivo ações de prevenção, de modo a evitar o uso nocivo das suas cercanias, contra:

I - venda, para menores de idade, de material ou substância proibida, controlada, inflamável ou explosiva;

II - proliferação de atividade ou comércio irregular ou ilícito;

III - outros tipos de ameaças diversas que possam afetar a segurança da comunidade escolar.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º - O Poder Executivo regulamentará esta lei, a contar da data de sua publicação.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, propomos a redação final supra ao Projeto de Lei nº 489, de 2019.

Altair Moraes – Relator

APROVADO COMO PARECER O VOTO DO DEPUTADO ALTAIR MORAES, PROPONDO REDAÇÃO FINAL.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 4/2/2026.

Thiago Auricchio – Presidente

| | |
|---------------------|------------------------------|
| Thiago Auricchio | Favorável ao voto do relator |
| Conte Lopes | Favorável ao voto do relator |
| Alex Madureira | Favorável ao voto do relator |
| Rômulo Fernandes | Favorável ao voto do relator |
| Reis | Favorável ao voto do relator |
| Marta Costa | Favorável ao voto do relator |
| Oseias de Madureira | Favorável ao voto do relator |
| Delegado Olim | Favorável ao voto do relator |